

A FAIXA DE FRONTEIRA INTERNACIONAL NORTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DOIS PARES DE CIDADES-GÊMEAS DE RORAIMA: PACARAIMA (BRASIL)/ SANTA ELENA (VENEZUELA) E BONFIM (BRASIL)/ LETHEN (GUIANA).

Pedro Fernandes Neto¹

Introdução

Este artigo tem por objetivo principal fazer uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas do estado de Roraima – Pacaraima (Brasil)/ Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/ Lethem (Guiana) – tendo como pressupostos iniciais: a) os conflitos entre brancos e indígenas no estado; b) o potencial de Roraima, e particularmente de suas cidades gêmeas, de funcionar como local privilegiado para o estabelecimento de acordos comerciais com os países limítrofes; c) a posição estratégica de Roraima no que diz respeito às políticas de povoamento e defesa do território nacional. Estes pressupostos foram escolhidos em função de seu significativo valor explicativo quando tratamos das questões atinentes ao estado de Roraima como será melhor explicado adiante.

O interesse por este estado localizado no extremo norte do Brasil e em particular pelos municípios de Pacaraima (Brasil) e Bonfim (Brasil), e Santa Elena (Venezuela) e Lethem (Guiana), seus respectivos pares de cidades-gêmeas, se deu em virtude de alguns motivos: em primeiro lugar, por tratar-se de um estado ao qual tem-se dedicado poucos estudos no âmbito da academia, especialmente quando buscamos literatura específica no Sudeste brasileiro. Tal dificuldade tornou o processo de obtenção dos dados bem mais demorado, o que acabou por interferir no próprio planejamento de apresentação dos primeiros resultados.

Esta dificuldade na obtenção dos dados por si só já seria o suficiente para despertar o interesse pela produção de material científico, tendo este estado como objeto de estudo, já que, como podemos acompanhar atualmente através da mídia, Roraima tem sido palco de conflitos das mais diversas naturezas: índios e garimpeiros, fazendeiros e índios, fazendeiros e governo federal, enfim, conflitos distintos têm se estabelecido entre os diferentes grupos presentes em Roraima.

Outro motivo que despertou o interesse por este estado foi o fato de Roraima estar localizado completamente na faixa de fronteira institucionalizada pela Constituição Federal,

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro.
pednet@uol.com.br

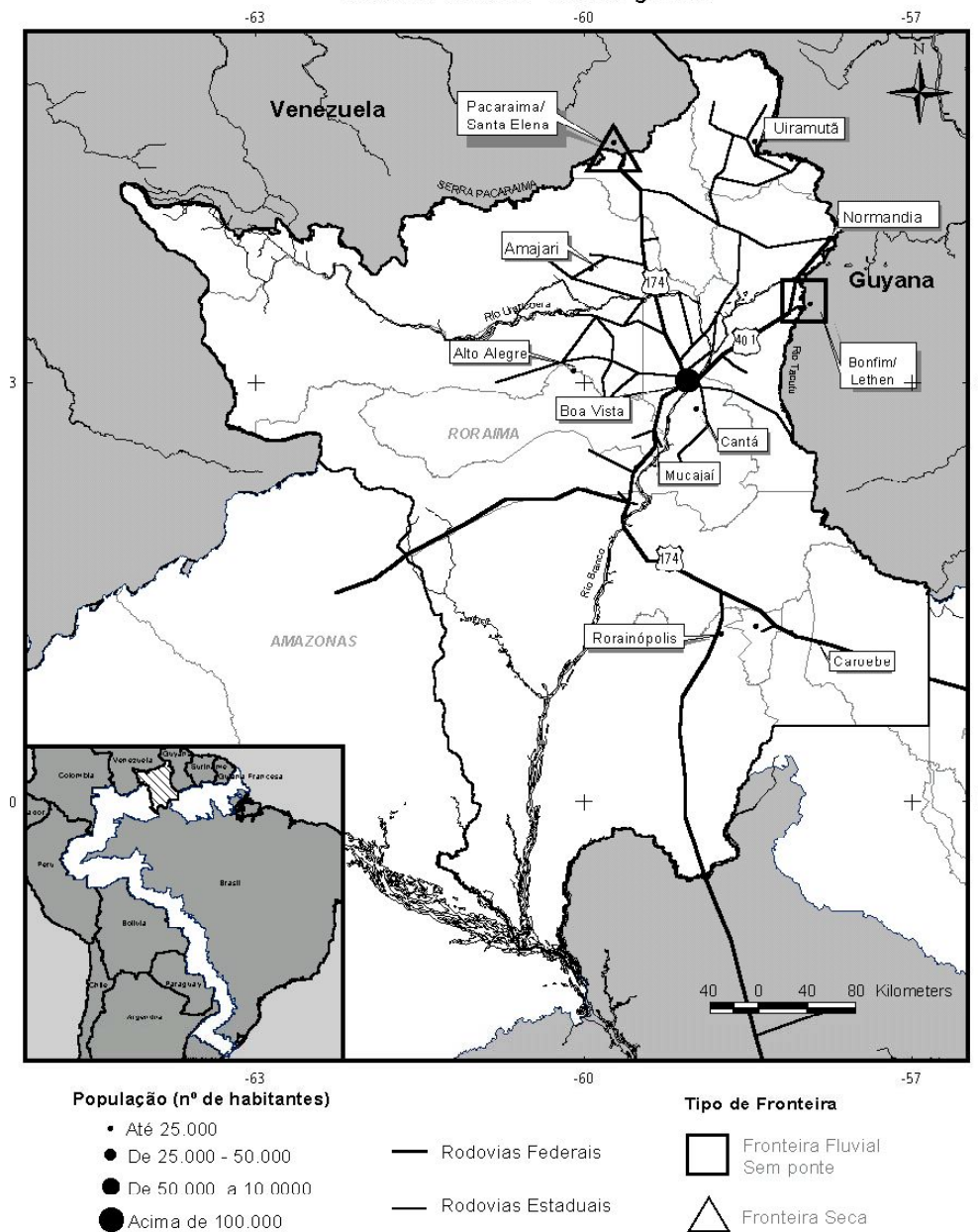
condição que divide somente com o estado do Acre. Além deste fato, Roraima é o único estado brasileiro que faz fronteira com dois blocos econômicos: o Pacto Andino (Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador) e a Comunidade Caribenha de Nações, que reúne as Guianas Inglesa e Francesa e os países do Caribe.

Localiza-se também em Roraima a única via terrestre de ligação entre o Brasil e o Caribe, via território venezuelano, a BR 174 – quando adentra a Venezuela passa a chamar-se Carretera Panamericana –, importante eixo de integração entre a Região Norte do Brasil e a porção setentrional da América do Sul. A existência deste eixo é um dos elementos que confere importância estratégica ao estado no contexto da América do Sul e, principalmente, às cidades gêmeas localizadas no limite internacional visto ser através destes lugares – neste caso, os pontos terrestres de conexão entre o território brasileiro e os demais países – por onde, preferencialmente, se estabelecem as *interações transfronteiras*, isto é, os dois pares de cidades-gêmeas apresentam-se como importantes *lugares de comunicação*, lugares por onde transitam, de um país para o outro, os migrantes, os trabalhadores informais e por onde, da mesma forma, o contrabando penetra no território nacional (no caso das rotas terrestres), incluindo-se nesta categoria produtos que vão desde o alho proveniente da China, como foi relatado pelo Superintendente da Polícia Federal de Roraima em 2001, passando pela gasolina venezuelana, até a *cannabis sativa* da Guyana, além do contrabando de pedras preciosas, este, por vezes, usando como estratégia a cooptação dos próprios índios da região.

A questão indígena, por seu turno, tem sido importante no entendimento dos diversos conflitos ocorridos no estado de Roraima ao longo das últimas décadas. No âmbito da faixa de fronteira, o segmento norte é privilegiado no que diz respeito à presença de indígenas já que apresenta uma situação de destaque nacionalmente: Roraima possui, juntamente com o estado do Amazonas, a maior concentração relativa de indígenas do Brasil (IBGE, 2002).

Faixa de Fronteira Internacional Norte do Brasil

Estado de Roraima - Cidades-gêmeas



Mapa 01

Este conjunto de elementos faz de Roraima um lugar com características peculiares e com uma dinâmica particular dentro do contexto da faixa de fronteira. Mais especificamente as cidades-gêmeas, objeto deste artigo, serão o alvo principal de nossa análise na tentativa de trazer à luz questões locais que não têm merecido muitos estudos no âmbito da Geografia.

Entendemos que seja de grande importância a produção de análises sistemáticas por parte da academia que visem o equacionamento dos problemas fronteiriços específicos.

Não só para que sirvam como subsídio para a elaboração de políticas públicas destinadas à faixa de fronteira, mas que também se constituam em veículos para a discussão dos problemas enfrentados pela populações locais, principalmente em se tratando de uma região do Brasil que, de maneira geral, não desfruta de um espaço privilegiado nos grandes debates nacionais.

I - Caracterização da área de estudo: Cidades-gêmeas

Pacaraima (Brasil) / Santa Elena (Venezuela)

Em Pacaraima, no limite com a Venezuela, a 214km ao norte de Boa Vista, o crescimento urbano atrelado à presença dos indígenas é bastante grave, pois o município foi criado na área da Reserva Indígena de São Marcos e Raposa/Serra do Sol, compreendendo quase 90% da área municipal. Esse fato é motivo de conflito e indefinição da propriedade da terra, afetando inclusive o setor imobiliário; a maioria da população do município é indígena e mora em aldeias (malocas), muita delas visíveis ao longo da BR-174 (PEITER & FERNANDES NETO, 2001). No município de Pacaraima, mais de 50% da população municipal é constituída por indígenas, enquanto em todo estado esta proporção está em torno de 15% (IBGE, 2002).

Independente do fato, a pequena cidade de Pacaraima (população na sede municipal, 2.758 habitantes; população do município, 6989 habitantes) já apresenta problemas de infra-estrutura urbana em função do crescimento desordenado, concentrado na sede municipal, onde encontramos graves problemas de saneamento básico, doenças de veiculação hídrica, etc. O município foi criado em 1995 e instalado em 1997, na antiga localidade conhecida como BV-8, em alusão ao marco Brasil-Venezuela n.º 8 (PEITER & FERNANDES NETO, 2001).

O setor de comércio é o principal empregador no mercado formal de trabalho. Devido ao clima mais ameno do que o de Boa Vista, graças a maior altitude, a pequena sede tem sido usada como lugar de veraneio de fim de semana para a população de Boa Vista (PEITER & FERNANDES NETO, 2001).

A maioria da população, no entanto, seguindo o padrão de tantas pequenas cidades, está empregada no mercado de trabalho informal, bastante significativo, sendo composto tanto por brasileiros como por venezuelanos que montam suas barracas na rua principal, através da qual se chega à fronteira com a Venezuela. Na cidade fala-se correntemente o português e o espanhol, o comércio aceita o Bolívar (moeda venezuelana), os taxistas venezuelanos trabalham no Brasil e vice-versa. Apesar da distância de aproximadamente 15 Km entre Pacaraima e Santa Elena (Venezuela), existe um intercâmbio muito grande entre as duas cidades. Além disto, Pacaraima localiza-se na rota para o Caribe através da BR 174

(mapa 01), o que explica o grande fluxo de pessoas, carga e ônibus atravessando a fronteira.

Em Santa Elena de Uairén, do outro lado da fronteira, cidade localizada a cerca de 20km do limite internacional, podemos observar a presença de um núcleo urbano um pouco maior do que Pacaraima. Há muitos brasileiros vivendo em Santa Elena, alguns trabalham nas minas, outros no comércio de ouro e diamantes – resultado do anos em que o garimpo no lado brasileiro ainda era muito forte na região – , outros em restaurantes. Ciudad Bolívar, a capital da província de Bolívar fica a oito horas de ônibus de Santa Elena.

Há muitas lojas comerciais fechadas, apesar da freqüência de lojas de compra e venda de ouro e diamantes, que expressam a posição estratégica da cidade como centro de província de mineração (garimpos). Existem alguns bancos, um comércio mais estruturado do que Pacaraima, hospitais relativamente bons e que por vezes recebem moradores de Pacaraima para atendimento. Um convênio foi estabelecido entre as prefeituras de Pacaraima e Santa Elena no que diz respeito ao atendimento médico.

O município venezuelano pertence a grande região fitogeográfica conhecida como *La Gran Sabana (Llanos Venezuelanos)* onde se localiza a Reserva Nacional de Canaima, muito importante na Venezuela, cujo acesso fica nas proximidades de Santa Elena. Aliás, a cidade vive atualmente quase que exclusivamente em função do fluxo de turistas que vem do mundo todo para conhecer o Parque de *La Gran Sabana* (PEITER & FERNANDES NETO, 2001).

Bonfim (Brasil)/ Lethen (Guyana)

No limite internacional com a Republica Cooperativa da Guyana (ex-Guyana Inglesa) e a quase 80 km de Boa Vista em estrada asfaltada (BR-401), às margens do rio Tacutu, localiza-se o município de Bonfim. É um pouco maior do que Pacaraima, com uma população de 3.000 habitantes na sede municipal, e 9.337 no total do município. A infraestrutura urbana é um pouco mais organizada do que Pacaraima. A placa na entrada da cidade diz "sorria, você está em Bonfim", iniciativa da Secretaria Municipal de Turismo para "vender uma imagem positiva" de Bonfim. Em entrevista com o Secretário ficou claro que o município está contando com a implantação de projetos de ecoturismo para incentivar a economia local.

São poucas as ruas asfaltadas, sendo a maior parte de terra. No momento estão sendo construídas as pontes da BR-401, inclusive a que liga, sobre o rio Tacutu, Bonfim a Lethen, na Guyana fato que gerou um grande afluxo de trabalhadores para a cidade, aumentando a demanda sobre serviços. O comércio local de Bonfim tem se beneficiado do acréscimo de consumidores.

Trabalhadores procedentes de *Lethen* são encontrados em Bonfim, muitos com residência fixa no Brasil. Não só são atraídos pelas oportunidades de emprego (informal) e pelo comércio, melhor em Bonfim, mas também pela presença de postos de saúde – em *Lethen* o serviço de saúde é muito precário, resumindo-se a um pequeno hospital onde são poucos os serviços oferecidos, e com comércio melhor.

A interação entre Bonfim e Lethen é perceptível quando se anda pela cidade. Os traços desta interação se refletem no fato de que grande parte dos brasileiros de Bonfim fala inglês e português, o comércio local aceita o dólar guyanense e em Lethen aceitam o Real, algo muito comum em cidades na fronteira internacional. Futuramente, com o término das obras da ponte que irá ligar os dois países, acredita-se no potencial da ponte no incentivo ao fluxo de comércio em direção a Georgetown.

Em consonância com os objetivos do PPA (Plano Plurianual) do governo federal, tanto no período de 1999-2003, quanto o de 2004-2007, existe um grande interesse na celebração de acordos bilaterais que possibilitem o fortalecimento do comércio entre o Brasil e os países do Cone Sul.

Em Lethen, o primeiro elemento que nos chama atenção é a diferença da paisagem em relação a Bonfim, logo após a travessia do rio Tacutu. As casas são bem peculiares, construídas em madeira, distantes umas das outras, seguindo o modelo inglês de colonização. A influência inglesa também fica clara nos carros, guiados do lado direito. Outro aspecto interessante é a diversidade de tipos étnicos. A maioria da população é constituída por indianos e negros (existem poucos brancos). Os primeiros representam a verdadeira diáspora de indianos por todo o antigo Império Britânico, em geral especializados em comércio e profissões liberais, enquanto os segundos representam o grande fluxo de escravos negros do século XIX, trazidos para trabalhar na mineração e na agricultura.

O comércio local é bem reduzido, restringindo-se a algumas lojas. Apesar da existência de um serviço de correio, um hospital, um hotel e um posto da Cruz Vermelha, tudo é muito simples e por vezes os moradores são obrigados a se deslocarem para Bonfim para serem atendidos ou para realizarem compras.

II - Os conflitos entre brancos e indígenas

Como foi apresentado anteriormente, este é o estado onde encontra-se a maior concentração de indígenas do Brasil. Sem dúvida este fato é relevante visto que este seja, talvez, um dos principais elementos que expliquem os conflitos lá existentes, especificamente nos municípios localizados nos seu limite internacional. Como podemos verificar na tabela 01, de 1993 a 2002 o número de homicídios de indígenas no Brasil sofreu uma queda de significativa, de 43 para 7 casos registrados, entretanto, no primeiro ano do

governo de Luís Inácio da Silva este número experimentou um recrudescimento. De acordo com Lacerda (2004) este acirramento dos conflitos envolvendo indígenas no Brasil tem relação com o atraso no processo de demarcação e homologação das terras indígenas. Especialmente em Roraima, no que diz respeito ao caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol, esta demora teve conseqüências graves.

Tabela 01 – Homicídios de Indígenas no Brasil

Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Casos	28	42	29	24	26	21	14	18	16	5	22	245
Vítimas	43	45	30	27	29	21	16	18	17	7	23	276

Fonte: CIMI – Conselho Indigenista Missionário

O contato entre brancos e indígenas no estado se faz presente desde o século XVIII quando da chegada dos Carmelitas na região e, posteriormente, no século XIX, quando da disputa territorial entre o Império brasileiro e a Coroa inglesa pelo domínio da região tendo como pivô da contenda os povos indígenas lá residentes (FARAGE, 1991).

Hoje em dia, as questões evidentemente são outras, entretanto, mais uma vez os povos indígenas encontram-se no centro de disputas territoriais cujas motivações são de ordem política, econômica e cultural. Um exemplo disto foi a disputa ocorrida entre índios e fazendeiros no norte do estado e que alcançou seu ponto de maior tensão em janeiro de 2004, quando houve uma série de incidentes tais como seqüestros, invasões de prédios públicos e bloqueios de estradas, como foi largamente noticiado pela imprensa na ocasião. No cerne desta contenda estava a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, uma área com cerca de 1,76 milhão de hectares, onde vivem 19 mil pessoas, sendo sete mil não indígenas, de acordo com o censo de 2000. O governo federal, através da FUNAI, determinou a demarcação da área da reserva de forma contínua, isto é, sem a formação de “ilhas” de propriedade dos agricultores dentro das reservas, entretanto um grupo de índios, apoiados pelos rizicultores do estado, posicionaram-se contra esta forma de demarcação alegando que tais terras deveriam ser demarcadas de forma não contínua. Os indígenas se posicionaram contra a demarcação através da forma sugerida pelo governo federal argumentando que isto iria impedir o desenvolvimento do estado e provocaria o isolamento da população do norte de Roraima.

Ao mesmo tempo, os rizicultores deste estado – é importante destacar a importância econômica da rizicultura em Roraima: do total de área plantada, cerca de 48% correspondem às plantações de arroz – alegaram que a demarcação da reserva em terras contínuas iria isolar as fazendas localizadas dentro da reserva Raposa Serra do Sol e, com isto, dificultar o escoamento da produção. Os rizicultores reclamaram também sobre a impossibilidade de desenvolver suas atividades em um estado cuja área, em sua grande

maioria, está demarcada ou em processo de homologação para o estabelecimento de terras indígenas. No caso do município de Pacaraima, por exemplo, cerca de 90% de seu território é constituído de terras indígenas sendo, portanto, proibido o seu uso para fins de exploração econômica, salvo com autorização da FUNAI.

Por outro lado, os conflitos envolvendo garimpeiros e indígenas também têm sido motivo de preocupação por parte de autoridades públicas e demais atores envolvidos com esta questão. Tais conflitos têm suas raízes históricas nas primeiras décadas do século passado. De acordo com Barros (1995), foi a partir da segunda década do século XX que esta atividade começou a se estruturar no estado. Mais especificamente em 1917, foram registradas os primeiros focos de garimpo em Roraima, localizados nas margens dos rios Contigo e Mau, ao norte de Boa Vista. Na fronteira Brasil/Venezuela, esta atividade apresentou seus primeiros indícios em 1927, enquanto na Guayana, em 1890. Ainda segundo Barros, apesar do ciclo da borracha não ter sido significativo neste estado quando comparamos com as demais regiões amazônicas produtoras de borracha, o garimpo ganhou forte impulso a partir da decadência da extração da *hévea* já que, especialmente no norte de Roraima, encontrava-se uma região produtora de gado que abastecia as áreas produtoras de borracha, mesmo com a predominância do gado produzido na ilha de Marajó.

Temos observado atualmente que os debates em torno da dos conflitos resultantes da presença de garimpeiros e empresas mineradoras em terras indígenas, na grande maioria das vezes de maneira ilegal, têm envolvido diversos setores da sociedade tais como pesquisadores, sindicatos de garimpeiros, poder público e representantes das empresas de mineração.

Esta situação de conflito, de confronto entre os diferentes grupos que tentam se apropriar deste espaço fronteiriço implementando suas próprias estratégias territoriais é o que Martins² denomina de *situação de fronteira*. Trata-se, entretanto, não de uma fronteira geográfica simplesmente, e sim de uma fronteira que se traduz a partir do encontro entre humanidades distintas, uma fronteira que se caracteriza exatamente por esta coexistência entre o moderno e o arcaico, um encontro de *tempos históricos* diferentes cuja resultante tem sido o processo de degradação e aculturação dos povos indígenas “para, deste modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora” (Martins, 1997:13). Nossa hipótese é de que os conflitos entre os povos indígenas tradicionais e os demais atores presentes no estado de Roraima, produto do processo histórico de ocupação das terras do rio Branco, são originários deste encontro entre temporalidades diferentes. Isto

² O estado de Roraima não faz parte do recorte espacial pesquisado por Martins, porém acreditamos que seja possível, a partir dos elementos teóricos que ele apresenta, discutir as questões relativas aos conflitos com os indígenas, visto que a problemática da fronteira que ele nos apresenta é, em grande parte, a problemática observada em Roraima e particularmente no município de Pacaraima.

significa que, admitindo-se que tais atores possuem diferentes culturas, estruturas sociais e territorialidades antagônicas, podemos admitir que as tensões se tornem mais evidentes nestes espaços fronteiriços que se caracterizam como o “limite da civilização”. No caso de Roraima, esta instabilidade parece ser um fator bastante relevante.

A partir deste ponto devemos elaborar as seguintes questões: em que medida os conflitos entre indígenas, fazendeiros e poder público pode ser uma barreira ao desenvolvimento dos municípios e do próprio estado de Roraima? De que forma o poder público tem lidado com o equacionamento destas questões, isto é, qual tem sido a sua estratégia de ação? Qual o papel das sociedade organizada no enfrentamento deste problema (ONG's, igrejas, universidades, etc.)? Qual a resposta que as próprias comunidades indígenas tem dado a estas questões?

III - Potencial de Roraima para o estabelecimento de políticas de interação econômica

O segundo pressuposto a ser abordado trata-se de um assunto que tem sido cada vez mais recorrente na literatura específica sobre Roraima e sobre a faixa de fronteira, além de figurar nas próprias ações governamentais, tanto na esfera nacional quanto na estadual e municipal: *o potencial de interação econômica do estado de Roraima e dos seus municípios localizados no limite internacional.*

As políticas do Estado brasileiro ao longo dos últimos vinte anos têm seguido uma orientação que visa promover a integração econômica com os países limítrofes utilizando como estratégia o incentivo à formação de blocos econômicos regionais. O Mercosul, firmado entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e Paraguai, é um dos acordos estabelecidos atualmente do qual o Brasil faz parte. Porém, quanto às políticas atinentes à fronteira norte, algumas iniciativas no sentido da interação econômica foram e estão sendo implementadas.

Apesar de não ter tido o êxito esperado, a criação, em 1991, pelo então presidente Fernando Collor de Melo, através da sanção da Lei nº 8.256, das áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no estado de Roraima, é um exemplo deste direcionamento do governo federal no sentido de estabelecer esta integração econômica como os países vizinhos.

Dentro deste contexto, podemos destacar também que em julho de 2004 o Mercosul passou a contar com mais dois membros na categoria de “Estados associados”: México e Venezuela. A entrada da Venezuela particularmente nos interessa já que tem sido comemorada pelo setor produtivo roraimense por existir a expectativa de um incremento do comércio com aquele país a partir da eliminação das tarifas comerciais. Ainda no âmbito federal, o programa **Estado Exportador** implementado pelo Ministério das Relações Exteriores é outra iniciativa a se destacar que tem por objetivo promover a exportação nos

oito estados brasileiros que ainda não atingiram R\$100 milhões em exportação, dentre estes o estado de Roraima. (www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/proExportacoes/proEstExportador.php)

Entretanto, esta busca por outros mercados consumidores por meio de acordos comerciais não é algo novo na história recente do Brasil e, neste sentido, Roraima se apresenta há alguns anos como um lugar estratégico. Já em 1970, a Confederação Nacional do Comércio, com o apoio do governo federal e da embaixada brasileira em *Port-of-Spain*, no Caribe, organizou a Missão ao Caribe com o objetivo de fortalecer as suas relações comerciais buscando novos mercados para as exportações brasileiras (CNC/CACEX, 1970). Além disto, as ilhas do Caribe também fazem parte, hoje em dia, como já foi dito anteriormente, do roteiro dos turistas brasileiros. A rodovia BR 174, que liga Manaus a Ciudad Bolívar na Venezuela, cruzando a fronteira em Pacaraima, tornou-se uma importante conexão, tanto para as ilhas caribenhas como para as *Sabanas* venezuelanas localizadas no Estado Bolívar. Neste sentido, Pacaraima, segundo dados do Censo do IBGE (2000), figura entre os municípios amazônicos que se destacam no setor de turismo por suas características naturais (campos, cachoeiras, montanhas, dentre as quais se destaca o Monte Roraima) e clima ameno, em virtude de sua localização a cerca de 1000 metros acima do nível do mar. O outro elemento importante quanto a isto é sua proximidade com a região das *Sabanas* venezuelanas. Estas características tendem a atrair turistas da própria região Norte.

Ainda na década de 1970, no contexto do Programa **Polamazônia** (1974/1977), foi concebido um projeto que previa para o estado de Roraima o desenvolvimento da pecuária suína e bovina com industrialização local. O objetivo era a exportação para a Venezuela e também para outros mercados externos através do porto livre de *Georgetown*. Na década de 1990, a atividade garimpeira continuou importante porém o projeto de desenvolvimento pecuário não obteve o sucesso esperado. Neste sentido, a construção e o asfaltamento da BR 174 tem estimulado as trocas comerciais com o país vizinho, apesar do fato de que grande parte do movimento comercial tem origem na Zona Franca de Manaus.

A intenção do Governo brasileiro de buscar um estreitamento das relações comerciais com os países limítrofes vai ao encontro dos objetivos, por exemplo, do governo Hugo Chávez, atual presidente da Venezuela, fato que pode ser constatado por seu decreto presidencial cujo teor foi a transformação da cidade de Santa Elena Uairén – fronteiriça à cidade de Pacaraima – , em Porto de Livre Comércio em março de 2003, como mostra a notícia da agência venezuelana *Venpres* (Oscar Ossa):

“A partir de este lunes 10 de marzo la población fronteriza de Santa Elena de Uairén adquirirá formalmente la categoría de Puerto Libre Comercial, con lo que se dará

cumplimiento a una promesa hecha por el gobierno del Presidente de la República, Hugo Chávez Frías, para impulsar el comercio y la actividad económica en la frontera venezolana con Brasil.

Así lo anunció este domingo el gobernador de Bolívar, Antonio Rojas Suárez, quien explicó que el Superintendente Nacional Aduanero y Tributario, Trino Alcides Díaz, estará presente en Santa Elena de Uairén para dar lectura al decreto del Ejecutivo Nacional por el cual esta población del municipio Gran Sabana del estado Bolívar adquiere el nuevo status aduanero.

Así mismo, Rojas Suárez indicó que se llevará a cabo la inauguración de los puestos de control de la Aduana Subalterna de Santa Elena, que funcionarán tanto en el aeropuerto de esta localidad como en el terminal internacional de autobuses.

El programa contempla también que por instrucciones del Ejecutivo regional, esta población sea declarada durante este lunes como capital del estado Bolívar y se lleve la condecoración de las máximas autoridades nacionales y regionales del Seniat con la orden ‘Estrella del Orinoco’.”

Sobre esta perspectiva por parte do Estado brasileiro de promover um estreitamento e, cada vez mais, a quebra das barreiras comerciais entre os países do Cone Sul, podemos citar o trabalho de Edson P. Guimarães e Antônio José Alves Jr. que elaboraram um estudo, publicado pelo IPEA em 1997, intitulado *Impactos para o Brasil de um Acordo de Livre Comércio com a Venezuela*. Este artigo teve como principal objetivo “avaliar os ganhos de um possível acordo de livre comércio (ALC) entre eles (Brasil e Venezuela)” (Guimarães & Alves Jr, 1997).

Apesar da abordagem do referido artigo ter como referência a escala nacional e supra nacional, sua importância para nossa abordagem repousa no fato de que as expectativas sobre as quais baseiam-se os autores acerca das reais possibilidades do estabelecimento de um ou vários acordos de livre comércio entre estes países, se apoiam na *intenção manifesta*³ dos presidentes dos dois países neste sentido.

Entretanto, este tema não tem sido uma preocupação somente da União. Algumas destas ações têm partido do próprio governo de Roraima no sentido de promover o desenvolvimento econômico do estado como um todo aproveitando as potencialidades econômicas dos municípios. Um exemplo disto é o atual projeto **Exporta Roraima** que tem por meta expandir a competência das empresas para que elas possam se adequar ao mercado, atendendo às necessidades de cada país, promovendo um estudo de prospecção de mercado, especialmente para a Venezuela e para a Guayana

A partir disto, algumas questões podem ser apresentadas: quais foram os resultados efetivos das tais políticas? Quais as reais perspectivas para as cidades-gêmeas da entrada da Venezuela no Mercosul, tendo em vista a concorrência da Comunidade Caribenha de Nações e do Pacto Andino, dos quais faz parte aquele país? Quais as políticas públicas mais adequadas à realidade das cidades de fronteira que busquem um desenvolvimento econômico? Quais os efeitos para o município da localização de Pacaraima e Santa Elena na rota para o Caribe? Em que medida o fato da conexão entre Bonfim e Lethem ainda hoje encontrar-se deficiente – a ponte sobre o rio Tacutu ainda não está pronta – pode apresentar-se como uma barreira à interação deficiente entre as duas cidades, quando comparamos com o par Pacaraima – Santa Elena?

IV - A posição estratégica de Roraima no que diz respeito às políticas de povoamento e defesa territorial

Por fim, o terceiro pressuposto importante a ser analisado diz respeito a uma diretriz que tem sido objeto de ações sistemáticas na Região Norte do Brasil, onde o estado de Roraima possui uma posição estratégica: *as políticas de povoamento e defesa territorial*. Especialmente a partir da segunda metade do século XX, o Estado brasileiro intensificou sua atuação na Amazônia e tornou-se um importante agente no processo de transformação deste espaço. A importância desta atuação estatal se verifica quando observamos os diversos programas federais que foram desenvolvidos visando uma estratégia de apropriação do espaço amazônico. O **Programa Calha Norte (PCN)**, iniciado na primeira metade da década de 1980, e que como por objetivos principais o povoamento, a defesa e o “desenvolvimento ordenado” da Amazônia brasileira, foi, entre outros, um exemplo de ação federal que visou “contribuir para a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial da região do Calha Norte⁴ (norte do rio Solimões). Dentre as várias diretrizes básicas estava a necessidade de se aumentar a presença do poder público na região. A estratégia do programa baseou-se na ampliação e na implementação de novas bases da aeronáutica, exército e marinha na área prioritária de fronteira – neste sentido, o estado de Roraima, por encontra-se inteiramente localizado na faixa de fronteira, mais uma vez destaca-se por sua posição estratégica –, além de promover, por meio de repasses federais aos municípios abrangidos pelo programa, ações que pudessem incentivar o desenvolvimento local. Tais ações diziam respeito à construção de embarcações para o controle da navegação fluvial, implementação de infra-estrutura básica nos municípios, construção de rodovias, escolas, hospitais, além das bases militares.

³ Grifo do autor

⁴ O estado de Roraima recebeu 52% do total de verbas federais destinadas ao Programa Calha Norte entre os anos de 2000 e 2002. De um total de R\$ 9.104.418,78 o estado recebeu R\$ 4.772.416,37.

No âmbito do **PCN**, foram implementados os **PDLIS** (Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável), em convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com o Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE), que tinham por objetivo elaborar propostas e subsidiar as ações governamentais de forma que os recursos destinados ao programa pudessem ser empregados de forma mais racional. Foram criados inicialmente sete **PDLIS** abarcando os municípios da Mesorregião do Alto Solimões, posteriormente o estado de Roraima foi também contemplado.

Atualmente o PCN é composto por 151 municípios, não mais 74 como na etapa inicial. A partir desta ampliação, percebe-se que as diretrizes de segurança nacional, defesa territorial e manutenção da soberania, que deram o tom inicial do programa durante o governo militar, não desapareceram com a implementação do regime democrático. A respeito disto, Comblim (1978), em seu livro *A Ideologia da Segurança Nacional*, faz uma abordagem minuciosa acerca desta ideologia e suas diferentes configurações nos países da América Latina, dentre eles o Brasil.

Acreditamos que tais políticas de defesa foram, e continuam sendo, mesmo que a partir de uma perspectiva diferente, tributárias desta Ideologia de Segurança Nacional visto que, em seu nome, como afirmava Comblim, as autoridades desrespeitavam os direitos humanos e cerceavam a liberdade individual usando o Estado, sua burocracia e sua força, além do poder de persuasão da propaganda, para reafirmar a necessidade de unificação da Nação contra um inimigo claro: o perigo comunista. Desta forma, a Nação agiria através do Estado. De acordo com Comblim, a definição de Nação seria: "...uma única vontade, um único projeto: ela é o desejo de ocupação e domínio do espaço. (...) Este projeto encontra a oposição de outros projetos semelhantes e incompatíveis com ele: a Nação será portanto o poder para impor aos outros seus projetos." (Comblim, 1970:28). Seria talvez através da imposição deste projeto – Nação – aos demais países que o Estado brasileiro pretendia afirmar seu destino de grande potência, segundo os argumentos dos geopolíticos das décadas de 1960/70.

Mais recentemente, o espraiamento dos ilícitos transfronteiriços, isto é, o tráfico de drogas e o contrabando, também passaram a fazer parte das preocupações que levaram o governo federal a promover uma política específica para a fronteira norte do país. Esta necessidade de proteção e povoamento se manifesta, dentre outros, através do documento do Ministério da Defesa intitulado *Programa de Desenvolvimento Regional (2001 – 2010)*. Neste documento, tal preocupação fica clara na medida em que o Governo Federal argumenta que

Este dado foi fornecido pelo Coronel de Infantaria Roberto de Paula Avelino, Gerente do Programa Calha Norte.

“cresceram, igualmente, as necessidades de vigilância da fronteira e de **proteção** das populações da região diante de novos e perversos fenômenos sociais, bem como tornou-se mais urgente no norte amazônico a fixação de **padrões de desenvolvimento** que sejam ao mesmo tempo, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2001:9).

Na esteira destas diretrizes estatais de promoção de um sistema de povoamento, proteção e controle territorial do limite setentrional brasileiro, destaca-se a adoção de outro programa federal: o **SIPAM** (Sistema de Proteção da Amazônia). Originalmente, tal programa encontrava-se sob a tutela do Ministério da Defesa e, em 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso, teve a estrutura organizacional da *Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia* – **SECONSIPAM** (atualmente denominada **CENSIPAM** – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) – transferida para a Casa Civil, como consta no decreto n.º 4.200 de 17 de abril de 2002, desta forma, não só o planejamento mas também a execução dos programas ficaram sob a responsabilidade do Chefe da Casa Civil.

O **SIPAM** tem por finalidade “integrar, avaliar e difundir informações para planejamento e a coordenação das ações globais de governo com atuação na Amazônia, visando potencializar o desenvolvimento sustentável da região”. Fazem parte do **SIPAM**: o **SIVAM** (Sistema de Vigilância da Amazônia) e todos os outros programas ou projetos que venham a ser definidos pelo **CONSIPAM** (Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia). Este conselho tem a competência para estabelecer diretrizes e prioridades para a condução das ações implementadas pelo **SIPAM**; promover a integração e a difusão das informações e conhecimentos coletados e deliberar sobre as propostas orçamentárias anuais; e acompanhar a implementação e avaliar os resultados dos programas desenvolvidos. Além disto, o **CONSIPAM** constitui-se como a instância responsável tanto pela proposição de medidas “visando a articulação e o intercâmbio das ações do **SIPAM** como os órgãos e as entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, bem assim com os organismos não-governamentais”, como pela deliberação prévia acerca de acordos, tratados, convênios ou compromissos internacionais.

Quais foram, então, as conseqüências para as cidades-gêmeas de sua localização na área prioritária para povoamento e defesa territorial? As políticas governamentais surtiram o efeito desejado? Ou seja, foram capazes de promover a ocupação e o desenvolvimento da região? No que diz respeito às políticas adotadas contra o contrabando e o tráfico de drogas, houve avanços? Se houve, quais foram?

V - As cidades no limite internacional de Roraima: a dinâmica local

As análises aqui desenvolvidas têm por base quatro conceitos fundamentais para o entendimento da dinâmica da área de estudo, objeto deste artigo: *faixa de fronteira*, *zona de fronteira*, *idades-gêmeas* e *redes*.

O primeiro, faixa de fronteira, corresponde à faixa oficial delimitada pela Constituição brasileira de 150 Km a partir do limite internacional. Todos os municípios interceptados pela linha de 150km fazem parte da faixa.

O segundo conceito é o de zona de fronteira. O Projeto Integrado de Pesquisa sobre Fronteiras Internacionais, coordenado pela Dr^a Lia Osório Machado⁵, e do qual faz parte o autor deste trabalho, adota o conceito a partir da proposta de J.W. House, em seu artigo *The Frontier Zone: A conceptual problem for policy makers* (1980). Em seu artigo, House propõe que zonas territoriais marginais ao limite internacional apresentam efeitos concentrados de fronteira que podem servir de base para a organização de contatos e cooperação transnacionais (HOUSE, 1981:458). De acordo com House (1980), é mais prontamente possível definir a zona de fronteira em termos operacionais do que encontrar uma justificativa teórica para sua existência. Segundo STEIMAN (2002) a noção de zona de fronteira não é nova (*borderlands*), porém a contribuição de House foi *abordar os diferentes fatores de produção e os fluxos transacionais que atuam no espaço local de fronteira, de modo a considerá-la não apenas como lugar de passagem mas uma “região” com características específicas*. Em síntese, a zona de fronteira “caracteriza-se por interações que, embora internacionais, criam um *milieu* próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional”⁶.

O terceiro conceito trata-se dos núcleos urbanos simetricamente dispostos dos dois lados de um limite internacional, o que neste artigo chamamos de cidades-gêmeas. Este fenômeno é comum em várias regiões do mundo, e está usualmente vinculado à posição privilegiada em relação às redes de comunicação. Dessa proximidade deriva intenso intercâmbio de pessoas, serviços, capitais e informação, mas de modo geralmente assimétrico, às vezes complementar, às vezes competitivo (HOUSE, 1980).

Na teoria clássica sobre lugares centrais de W. Christaller, “estes lugares compartilham a função de centralidade em relação a uma região complementar comum. Ainda que funcionalmente adequada à interposição do limite, esta configuração resultaria na diminuição da importância agregada dos dois centros (dada a redundância na oferta de determinados bens e serviços). A supressão da descontinuidade significaria um acréscimo

⁵ Lia Osório Machado é professora de Geografia do Departamento de Geografia da UFRJ e orientadora da Dissertação de Mestrado do autor deste artigo.

⁶ Steiman,R; Machado,L, O, - **Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica**, Atlas da Fronteira Continental do Brasil, (p. 11).

da centralidade (logo, uma ampliação da área de influência) do lugar central depois da unificação” (RIBEIRO apud CHRISTALLER, 2002:18).

Por fim, a matriz teórica principal deste trabalho baseia-se na noção de redes de interação. Mais especificamente, diríamos que as interações entre as cidades no limite internacional – cidades-gêmeas – estruturam-se por meio das redes transfronteiriças. Acreditamos que a estruturação de tais redes é uma *expressão* – não representam somente um aspecto da organização social – dos processos dinâmicos espaciais, isto é, do fluxo de idéias, dinheiro, informações, pessoas, mercadorias, serviços, etc, que se apresentam entre as cidades-gêmeas. Por fluxo, compartilhamos da definição de Castells, ou seja, como “seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade.” (CASTELLS, 2002:501)

A noção de redes tem hoje em dia um uso bastante difundido não só na ciência, mas em outros campos do conhecimento. De acordo com Machado, o sucesso do uso deste termo na ciência deve-se, em grande parte dos casos, ao fato dos avanços no campo da informática e dos sistemas de telecomunicações.

Ainda de acordo com Machado (2001), dentro dos vários tipos de redes que fazem parte dos estudos de geografia urbana, podemos destacar as *redes de interações* que, segundo a autora, “referem-se a redes viventes ou redes sociais, as mais importantes no processo evolutivo das cidades e do sistema urbano”⁷. A respeito disto, Milton Santos afirma que “as redes não têm em si mesma seu princípio dinâmico, que é o movimento social” (SANTOS, 2001: 277).

As redes somente são valorizadas pela ação humana, comenta Santos apesar de apresentarem-se a partir de duas matrizes: uma que leva em conta sua *existência material* e outra que destaca sua *existência social e política* (SANTOS, 2001:262). Ainda segundo Santos, estas redes são compostas por “troços instalados em diversos momentos, diferentemente datados”. Estas diferentes datações ao longo do tempo são o resultado da sucessão de diversos momentos históricos que não são aleatórios, são o resultado dos diferentes movimentos sociais, o que significa que esta rede – que é ao mesmo tempo dinâmica e estática – sofre constantemente alterações estruturais: “cada movimento se

⁷ Neste artigo, Lia Machado, ao falar em rede de interação, refere-se a uma discussão que está inserida em uma questão mais ampla: os Sistemas Complexos Evolutivos. Isto é, segundo a autora, “Existe uma outra propriedade dos sistemas complexos evolutivos que interessa à geografia (urbana), que é a de ser controlado por relações causais não-lineares” (Machado, 2001:7). Por apresentarem “uma multiplicidade” de *redes de interações* as variáveis que influem neste sistema podem ser associados tanto a eventos ou ocorrências “locais”, como de longa distância. Com respeito aos termos “redes viventes ou sociais”, Santos, citando D. Parrochia (Santos apud Parrochia, 2001:277), diz que as redes são técnicas e sociais, são materiais e são viventes.

opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica” (SANTOS, 2001:263).

As redes são animadas por fluxos e sustentadas por fixos, portanto são ao mesmo tempo estáticas e dinâmicas (SANTOS, 2001:277). Castells (2002) argumenta também que o suporte material dos processos atinentes à sociedade informacional será constituído pelo conjunto de elementos que sustentam estes fluxos e possibilitam a sua articulação em simultaneidade de tempo. Surge, portanto, uma nova forma espacial baseada nestes fluxos descritos por Castells: o *espaço de fluxos*, isto é, a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado⁸.

Ainda segundo Castells, a teoria do espaço de fluxos baseia-se no fato de que as sociedades são organizadas de forma assimétrica, aliás, a própria existência das redes pressupõe tal assimetria já que, caso contrário, não haveria a possibilidade de troca entre os lugares, ou seja, a estrutura das redes pode ser entendida como um conjunto de ausências e presenças. A infra-estrutura tecnológica que constrói a rede define o novo espaço. Esta infra-estrutura é a expressão da rede de fluxos.

O conceito de espaço de fluxos foi aqui utilizado pois traz à tona uma abordagem extremamente relevante: a dimensão espaço-temporal dos processos sociais. Tal abordagem, de natureza complexa como salienta Castells, também destaca o fato de que o “espaço organiza o tempo na sociedade em rede” (CASTELLS, 2002:467).

A partir disto, os pares de cidades-gêmeas localizados na faixa de fronteira apresentam características próprias. Isto é, as interações transfronteiriças ocorridas entre as cidades dos dois lados do limite internacional apresentam, segundo House (1980), um *millieu* próprio de fronteira. Como veremos a seguir, as interações espaciais entre os pares de cidades-gêmeas diferenciam, a princípio, qualitativa e quantitativamente, os subespaços de Pacaraima/ Santa Elena e Bonfim/ Lethem.

As figuras 1 e 2 a seguir nos mostram respectivamente, de forma esquemática, as interações transfronteira entre as cidades de Pacaraima e Santa Elena e entre Bonfim e Lethem. A partir de uma análise mais detalhada deste conjunto de setas que buscam mostrar a direção das ações, podemos fazer uma diferenciação espacial superficial entre os dois pares de cidades gêmeas.

No que diz respeito ao par de cidades-gêmeas Bonfim e Lethem, podemos perceber a existência de uma rede de interações menos densa do que a observada entre as cidades

⁸ Por práticas sociais de tempo compartilhado, Castells (2002) refere-se ao fato de que o espaço reúne essas práticas que são simultâneas no tempo. E a articulação material dessa simultaneidade que dá sentido vis-à-vis a sociedade.

de Pacaraima e Santa Elena, isto é, os elementos que compõe a dinâmica espacial transfronteira são, naquele par de cidades, em menor número. Isto fica claro principalmente quando observamos itens como: *comércio varejista; serviço bancário; difusão de informações escritas, por rádio e tv; e eventos e festas*. A pouca estruturação das redes transfronteiras entre estas cidades está relacionada com a não existência de tais elementos no âmbito urbano. Sendo tais redes configuradas a partir da expressão dos processos dinâmicos ocorridos neste subespaço fronteiro (par de cidades-gêmeas), podemos então, a princípio, estabelecer uma relação entre a estrutura urbana pouco desenvolvida e o fluxo existente entre as duas cidades. Este fluxo é quantitativamente menor do que o que se apresenta na fronteira com a Venezuela.

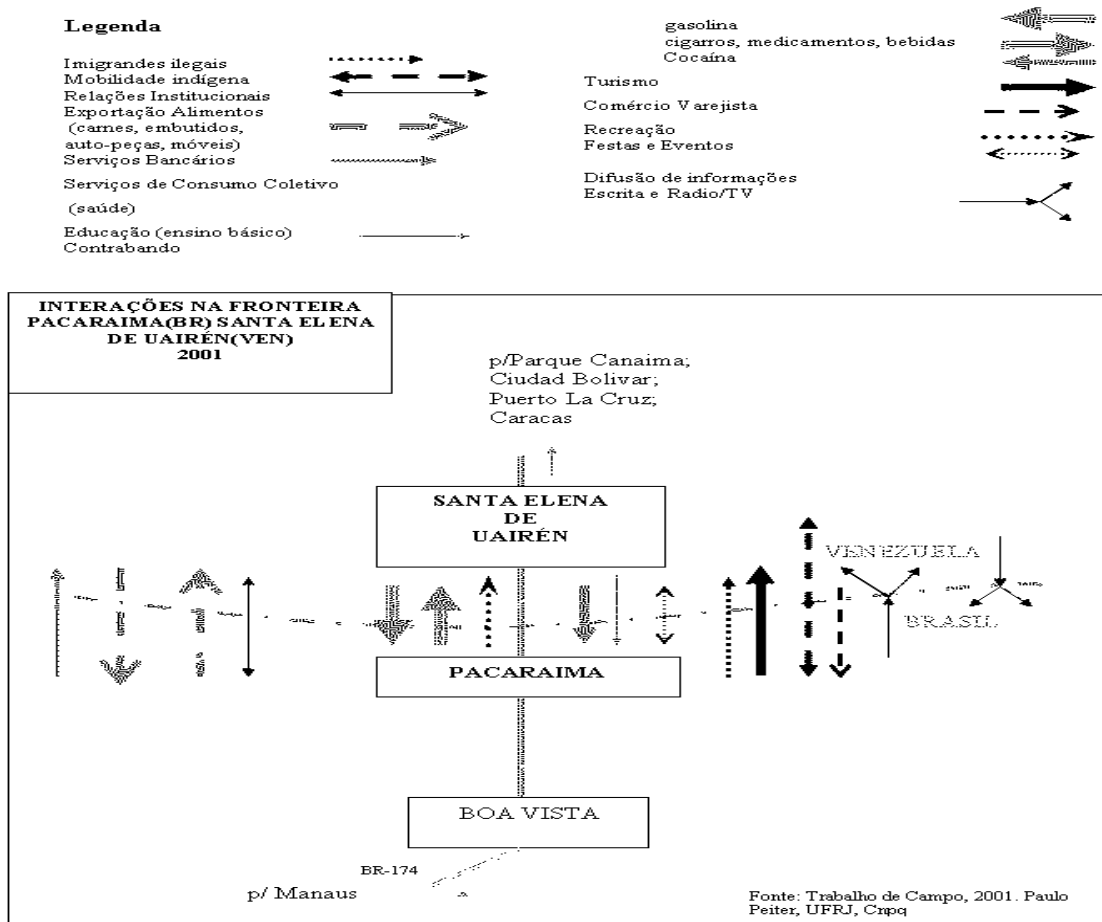


Figura 1

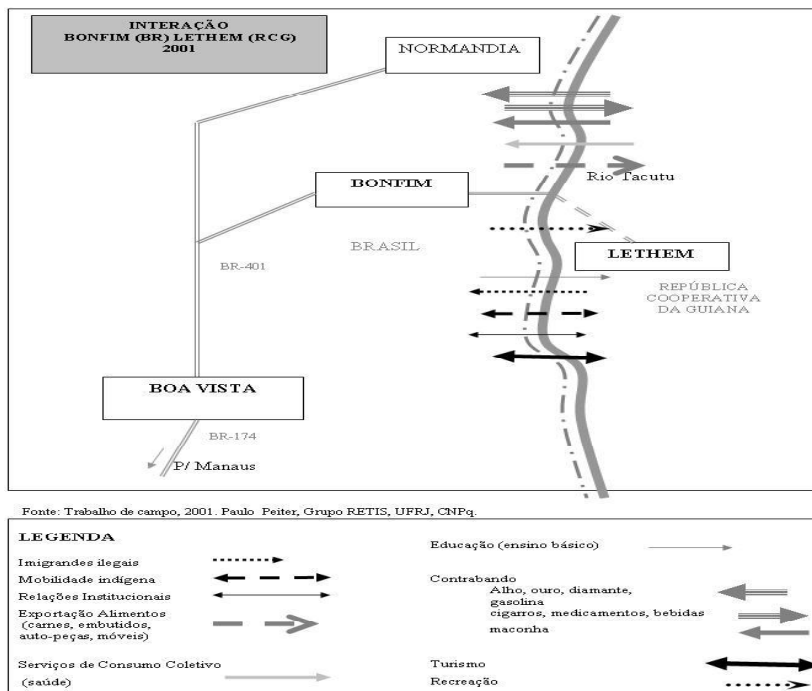


Figura 2

Já no par de cidades-gêmeas Pacaraima/ Santa Elena estes elementos estão presentes de forma mais intensa. A estrutura urbana das duas cidades é bem mais desenvolvida do que na fronteira Brasil/Guyana, apesar de Santa Elena guardar certa vantagem em relação à cidade de Pacaraima. Tanto no que tange ao comércio transfronteiriço que ocorre entre as duas cidades e que favorece a existência de um fluxo constante de pessoas, quanto aos demais serviços como saúde, educação e lazer, o eixo Pacaraima – Santa Elena é mais estruturado.

Aqui, interferem alguns elementos tais como o número de habitantes das duas cidades, a estrutura política do país vizinho – no caso da fronteira com a Guyana (Bonfim/ Lethem) as informações e os serviços públicos por exemplo se dão muito mais em direção à Lethem, que possui uma infraestrutura relativamente precária, enquanto os trabalhadores do mercado informal, os migrantes e o próprio contrabando direcionam-se no sentido oposto, isto é, para o Brasil. Com relação à migração, o município de Bonfim apresenta o mais alto índice de imigrantes internacionais de Roraima, ao passo que Pacaraima, apesar de localizar-se igualmente no limite internacional e de possuir uma fronteira seca que favorece a interação entre este município e Santa Elena, na Venezuela, possui um número de imigrantes internacionais bem menos expressivo.

Em um espaço que, de acordo com Milton Santos, se configura a partir um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2002), podemos em um primeiro momento afirmar que estes dois subespaços fronteiriços podem ser diferenciados a partir de

suas densidades territoriais peculiares, a partir de interações distintas entre os objetos e as ações que os caracterizam. Aqui, a noção de densidade foi escolhida com o intuito de destacar que “o desenvolvimento se dá de forma desigual, tanto nos lugares quanto entre os lugares” (Machado *et all*, 2004). A noção de desenvolvimento neste caso não está vinculada unicamente ao viés econômico, mas também à dimensão social e cultural.

Esta diferença entre as estruturas e os níveis de interação das cidades-gêmeas localizadas no norte de Roraima é o que está no alvo de nossas investigações, ou seja, os processos transfronteiriços

Considerações finais

Roraima, ao nosso ver, apresenta as característica de uma grande fronteira no sentido que Martins nos apresenta, além de uma fronteira geográfica, um lugar de conflitos entre grupos que apresentam tempos históricos e territorialidades distintas, lógicas que entram em conflito quando se encontram e disputam o mesmo espaço. Ao mesmo tempo, este constitui-se como um estado que tanto no passado quanto no presente, por sua localização no limite internacional do Brasil, apresenta um grande potencial de interação econômica com os demais países fronteiriços do Cone Sul e pode ser um *locus* privilegiado na implementação de futuros blocos comerciais na região. Além disto, ainda no que diz respeito à sua localização, tem sido encarado como um lugar estratégico quanto às políticas de povoamento e defesa territorial.

Longe de esgotar o assunto e todos os questionamentos concernentes – e não temos tal pretensão –, acreditamos que a linha de investigação científica que escolhemos – apesar de árdua, por se tratar de um estudo que tem por objeto um estado e, mais ainda, cidades muito distantes dos centros de decisões do país e com uma significativa ausência de dados – é de grande relevância, além de constituir-se em um grande desafio. A questão da *fronteira* no Brasil é ainda pouco estudada pela academia, porém, curiosamente, percebe-se uma preocupação crescente por parte do poder público no sentido de implementar políticas que objetivem fomentar o desenvolvimento econômico local e regional.

À luz disto, entendemos que os dois pares de cidades-gêmeas analisados neste artigo são exemplos dos diferentes efeitos que as ações da sociedade podem ter sobre o espaço geográfico e de como os diferentes elementos envolvidos nesta trama territorial podem compor um quadro explicativo bastante diverso. Para nós, a noção de redes de interação, apesar de suas limitações, possui um grande poder explicativo especialmente quando se trata destas cidades situadas no limite internacional.

Por fim, pensamos ser de grande importância a análise destas cidades tendo por base tanto as políticas públicas como as ações da sociedade organizada. Em virtude disto,

pretendemos que este trabalho, mais do que apresentar respostas definitivas, possa levantar questões relevantes que venham a contribuir para as para o delineamento de ações tanto da esfera pública quanto a privada, além de servir como uma pequena contribuição para pesquisas mais abrangentes.

REFERÊNCIAS

- Atlas da Fronteira Continental do Brasil (2002). Rio de Janeiro. Grupo Retis: CD Rom.
- Barros, N. C. C. de (1995): **Roraima, Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo e ocupação pioneira na América do Sul**, Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- _____. (1999): “*Encounter* e Imaginação Geográfica na Guyana Brasileira”. In: **Território**, ano V, nº 8 (jan./jun.2000), LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.(pp. 31-46).
- Becker, B. K. (2001) “Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?” In: **Parcerias Estratégicas**, nº 12, setembro. (pp 135-159)
- Cardoso, F. H.; Müller, G (1977): **Amazônia: expansão do capitalismo**. Brasiliense, São Paulo, SP.
- Castells, M. (2002). “O Espaço de Fluxos.” In: **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Ed. Paz e Terra.
- Castro, E. R. de (2001): “Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados.” In: Coelho, M. C. N. *et al.* **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional**. Cejup: UFPA-NAEA, Belém, PA.
- CNC/ CACEX (1970): **Missão ao Caribe**. Gráfica Editora Livro, Rio de Janeiro, RJ.
- Comblim, J. (1978): **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ.
- Farage, N. (1991): **As Muralhas dos Sertões: os povos do Rio Branco e a colonização**, Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS.
- Fernandes Neto, P. (2002): **Caracterização da Faixa de Fronteira Norte do Brasil**. Monografia de final de curso, UFRJ – Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, RJ. www.igeo.ufrj.br/fronteiras
- Figuera, D. T. (1997): **Modernização, Espaço e Novos Conteúdos do Presente na Venezuela**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP.
- Grieco, F. de A. (1994): **O Brasil e o Comércio Internacional**. São Paulo, Edições Aduaneiras, São Paulo, SP.
- Guimarães & Alves Jr.(1997): **Impactos para o Brasil de um Acordo de Livre Comércio com a Venezuela**. Texto para Discussão, nº 521, IPEA, Rio de Janeiro, RJ.
- House, J. W. (1980): “The Frontier Zone: A Conceptual Problem for Policy Makers”, In.: **International Political Science Review**, Vol. 1 nº 4 (pág.: 456-477) – International Political Science Association.
- IBGE (2002). **Atlas Geográfico Escolar**. Rio de Janeiro
- Lacerda, L. (2004) **Violências e Povos Indígenas: os primeiros balanços de um amargo 2003**. Disponível em <<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=589&eid=262>> . Documento acessado em 01/10/2004.
- Machado, L.O (1999): “Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade” In: **Território**, ano V, nº 8 (jan./jun.2000), LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.(pp 9 - 29).
- _____. (2001): **Sistemas e Redes Urbanas como Sistemas Complexos Evolutivos**, VII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – I Simpósio Intencional, USP, São Paulo, (pp 01-08).
- _____. (2002): **Região, Cidades e Redes Ilegais**, Rio de Janeiro, Departamento de Geografia – UFRJ/PPGG. (pág.: 01 – 15)
- _____, PEITER, P., RIBEIRO, L. P., STEIMAN, R., CASTRO, M. C. de, NOVAES, A., ADIALA, C. de S. M., FERNANDES NETO, P., COSTA, R. H. da. (2004). **Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira**. Rio de Janeiro: Grupo Retis, UFRJ. www.igeo.ufrj.br/gruporetis/programafronteira

- Magalhães, D. de (1986): **Roraima: informações históricas**. Graphos, Rio de Janeiro, RJ.
- Martins, J. S. (1997): **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. Ed. Hucitec, São Paulo, SP.
- Ministério da Defesa. (2001). **Relatório de Desenvolvimento Regional**.: CD Rom.
- Oliveira, R.C. de (1996): **O Índio e o Mundo dos Brancos**. Ed. Da UNICAMP, Campinas, SP.
- Peiter, P.& Fernandes Neto, P. (2001). **Relatório do Trabalho de Campo a Roraima em Outubro 2001**, avulso, Rio de Janeiro, Grupo RETIS, UFRJ
- Santos, C. (2001): **A fronteira do Guaporé**, EDUFRO - Porto Velho, RO
- Santos, M. (2002): “O Espaço: Sistemas de Objetos, Sistemas de Ação.” In: **A Natureza do Espaço**. Edusp. São Paulo, SP pp 61-87.
- Silva, M. M. F. da (1942): “Geografia das Fronteiras no Brasil.” In: **Revista Brasileira de Geografia**, outubro – dezembro, (p. 43-64).
- Steiman, R.(2002) : **A Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**, Dissertação de Mestrado, PPGG/UFRJ www.igeo.ufrj.br/fronteiras.
- SUDAM (1975).: **Amazônia: Novo Universo**, Coordenação de Informática – Divisão de Documentação – Belém, PA.